

## **O STATUS DOS CLÍTICOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: ANÁLISE DE ALGUMAS DE SUAS PROPRIEDADES EM HPSG**

**Eduardo Correa Soares<sup>1</sup>**

**Pablo Nunes Ribeiro<sup>2</sup>**

soares\_ec@yahoo.com.br

pablonribeiro@yahoo.com.br

**RESUMO:** Há um intenso debate na literatura em linguística gerativa sobre a natureza morfológica dos clíticos pronominais. Mais especificamente, discute-se a classificação morfológica destes elementos como "palavras", como "afixos" ou como uma categoria morfológica independente. Neste trabalho, apresentamos e discutimos alguns fenômenos que geram controvérsias de análise, assim como o tratamento proposto por Miller & Sag (1997) e por Monachesi (1999, 2005), em HPSG, para dar conta desses fenômenos. Nessa análise, os clíticos são tratados como elementos de natureza afixal, pois constituem, com o verbo, um complexo íntegro lexicalmente e morfológicamente ligado. Buscamos mostrar, em linhas gerais, que, embora os fatos não constituam evidência definitiva para uma análise como afixo, um tratamento que preserve a Integridade Lexical do conjunto clítico-verbo é mais apropriado para lidar com os fenômenos envolvendo clíticos em português brasileiro. Para isso, sustentamos uma análise baseada em restrições e dentro de uma análise do tipo palavra-e-paradigma, a abordagem realizacional em HPSG. Por fim, apresentamos também uma análise para o possível contra-argumento dado pelo fenômeno da "Subida do Clítico", baseada em restrições no léxico e não em operações ou regras, como propunham modelos anteriores; o que nos permite manter a Hipótese da Integridade Lexical em complexos clítico-verbo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Clíticos; morfologia; HPSG; Integridade Lexical.

### **INTRODUÇÃO**

O *status* dos clíticos nas línguas naturais tem sido bastante discutido na literatura em linguística gerativa, tanto do ponto de vista morfofonológico como morfossintático. Em linhas gerais, há um intenso debate sobre a natureza morfológica desses elementos – isto é, se os clíticos pertencem à categoria morfológica de "palavra", à categoria de "afixo" ou se constituem uma categoria morfológica independente. Neste trabalho, apresentaremos alguns fenômenos que geram controvérsias na literatura sobre clíticos e discutiremos o tratamento proposto por Miller & Sag (1997) e por Monachesi (1999, 2005), em HPSG, para a

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

cliticização nas línguas românicas, em que os clíticos são tratados como elementos de natureza afixal. Buscaremos mostrar, em linhas gerais, que, embora os fatos não constituam evidência definitiva para uma análise dos clíticos como afixos, um tratamento que preserve a Integridade Lexical (cf. Anderson, 1992) do conjunto clítico-verbo é mais apropriado para lidar com os fenômenos envolvendo esses elementos em português brasileiro. Assim, sustentaremos uma análise baseada em restrições, dentro de um *framework* palavra-e-paradigma.

Este trabalho está organizado da seguinte maneira. Na primeira seção, apresentaremos alguns dos principais pontos levantados na literatura em relação às propriedades morfofonológicas e morfossintáticas dos clíticos nas línguas românicas. O comportamento gramatical dos clíticos será comparado ao comportamento observado ora em palavras, ora em afixos, em italiano, em português brasileiro e em outras línguas românicas. Na segunda seção, apontaremos um argumento a favor de uma proposta que mantenha a Integridade Lexical do conjunto clítico pronominal-verbo (bem como, a favor de uma abordagem baseada em palavras e paradigmas) e revisaremos as análises correntes baseadas nessas ideias. Finalmente, na última seção, discutiremos um possível contra-argumento para essas propostas, o fenômeno da "Subida do Clítico", e apresentaremos uma análise para esse problema, baseada em restrições e não em operações ou em regras, como propunham modelos anteriores, o que nos permite manter a Hipótese da Integridade Lexical para esses elementos.

## **1. ALGUNS FATOS APONTADOS NA LITERATURA QUE QUESTIONAM A NATUREZA DOS CLÍTICOS**

Tendo em vista o grande debate existente em torno dos clíticos na literatura sobre morfofonologia e morfossintaxe, uma revisão bibliográfica que enfatize alguns dados linguísticos que geram controvérsias entre análises é necessária. Nas duas primeiras subseções da seção 1, discutiremos brevemente, com base nos trabalhos de Monachesi (1999, 2005) e Miller & Sag (1997), alguns dos principais pontos levantados pelos autores em relação às propriedades morfofonológicas e morfossintáticas dos clíticos nas línguas românicas. O comportamento gramatical dos clíticos será comparado ao comportamento observado tanto em palavras como em afixos, em italiano e em português brasileiro – sempre que houver um fenômeno cognato –, bem como em algumas outras línguas românicas.<sup>3</sup> Mostraremos, assim,

---

<sup>3</sup> Nesta seção, seguiremos essencialmente o modo de exposição de Monachesi (1999, 2005). Em Monachesi (2005), a maior parte da discussão está focada nas línguas românicas – o romeno, o francês, o italiano, o

que esses fatos comumente arrolados não constituem evidência de que clíticos são palavras; antes, apontam para uma análise afixal desses elementos. No entanto, a nosso ver, esses fatos também não constituem evidência definitiva para atestar a natureza afixal destes elementos. O nosso clamor por uma análise dos clíticos como elementos de natureza afixal, nesse sentido, sustenta-se na vantagem que apontaremos ao final da seção e no começo da seção seguinte: conforme Miller & Sag (1997), essa análise permite preservar a Integridade Lexical de elementos intimamente ligados (como afixos e bases, e como clíticos pronominais e verbos).<sup>4</sup>

## 1.1 MORFOFONOLOGIA DOS CLÍTICOS

Iniciaremos nossa discussão por algumas propriedades morfofonológicas dos clíticos. Segundo Nespore & Vogel (1986) e Scalise (1986), os clíticos violam a restrição segundo a qual as palavras só poderiam ser acentuadas até a antepenúltima sílaba. Isso pode ser observado em (1). Contudo, Monachesi (1999, 2005) mostra que certos sufixos também violam essa restrição, como nos exemplos em (2).

(1) Te-lé-fo-na-mi.

‘Me telefona.’

(2) a. Te-lé-fo-na-no (3<sup>a</sup>p.pl.-ind.)

‘Telefonam.’

b. Te-lé-fo-ni-no (3<sup>a</sup>p.pl.-sub.)

‘Telefonem.’

(Monachesi, 1999: 39)

De acordo com Monachesi (1999), a questão parece ser, então, se a forma cliticizada e a sufixada mantêm, ou não, o acento na mesma sílaba da forma básica do verbo.<sup>5</sup> Em português brasileiro, se considerarmos a forma enclítica (que, conforme argumentaremos em seguida, não é usual), veremos que o acento se mantêm, tanto pela adição de elementos

---

espanhol e o português (em suas variedades europeias). De acordo com nosso conhecimento, uma discussão ampla sobre essas observações no português brasileiro, bem como sobre a(s) variedade(s) do espanhol da América, ainda não foi feita, especialmente no que tange às propriedades morfosintáticas dos clíticos. Para considerações a respeito das línguas românicas (em variedades europeias), ver Monachesi (1999, 2005), bem como as obras lá citadas.

<sup>4</sup> Particularmente, na linguística gerativa contemporânea, em modelos não-lexicalistas, “a palavra não é um objeto derivacional privilegiado no que diz respeito à arquitetura da gramática” (Embick & Noyer, 2006:290). Nossa análise, por outro lado, tenta prender-se à diminuição máxima de cada componente da gramática (em sintonia com a proposta de *Simpler Syntax*, cf. Culicover & Jackendoff, 2005), à independência de cada nível, à distribuição da informação gramatical por esses níveis e à correspondência entre eles em mecanismos robustos de interface. Nesse sentido, a retomada de uma ideia de Integridade Lexical (Anderson, 1992) e de uma “morfologia da palavra” (independente da sintaxe) é um dos principais pontos a serem desenvolvidos e um pressuposto que está subjacente em nossa análise.

<sup>5</sup> Uma descrição do paradigma verbal completo seria, nesse sentido, necessária para estabelecer uma forma básica e a sílaba acentuada na forma básica. Aqui presumimos, seguindo Monachesi (1999, 2005), que a forma básica é o infinitivo, em que o acento sistematicamente recai sobre a vogal temática.



Um último fato que podemos adicionar aos arrolados por Monachesi (1999) é que, em português brasileiro, tanto clíticos como prefixos podem ter acento próprio em um contexto de contrastividade, como vemos em (8). No entanto, diferentemente dos clíticos acentuados do hebraico moderno que, conforme Borer & Grodzinsky (1986), adquirem autonomia distribucional (cf. (9)), os clíticos no português brasileiro mantêm a sua distribuição, como podemos atestar, por exemplo, em (10):

- (8) a. Napoleão liderou o movimento PRÉ-revolucionário, e não pós.  
b. Sem dúvida, ela simplesmente ME encontrou antes de te encontrar.
- (9) a. Rani natan 'et ha-matana la /\*Rani natan la 'et ha-matana  
b. Rani natan 'et ha-matana LA /Rani natan LA 'et ha-matana  
Rani deu ACC o-presente CL3<sup>a</sup>p.s.DAT/Rani deu CL3<sup>a</sup>p.s.DAT ACC o-presente  
'Rani deu o presente para ela.' (Borer & Grodzinsky, 1986: 176)
- (10) \*Sem dúvida, ela ME simplesmente encontrou antes de te encontrar.

Como vemos em (10), mesmo adquirindo, por meio de acento, certa autonomia fonológica, o clítico, assim como os afixos, não consegue desprender-se do verbo. Em hebraico moderno, no entanto, a autonomia fonológica dada pelo acento libera a distribuição do clítico morfossintaticamente para aparecer, por exemplo, antes do acusativo *'et ha-matana*, como em (9b), e não em sua posição tradicional ao fim da frase. Dessa forma, a explicação para essa restrição de distribuição, em português brasileiro, parece ser de natureza morfossintática.

De acordo com o exposto, acreditamos que não há razões fonológicas em português brasileiro para afirmar que afixos e clíticos são diferentes entre si (ou seja, que clíticos são palavras), ou que clíticos e palavras apresentam comportamentos distintos (e, dessa forma, os clíticos seriam como afixos).<sup>7</sup> Esse último fato, no entanto, faz-nos olhar com mais cuidado para as propriedades morfossintáticas dos clíticos (na subseção seguinte), pois elas parecem restringir sua distribuição e ser relevantes nos mais diversos fenômenos que envolvem esses elementos, o que mostraremos ao longo desse trabalho.

## 1.2 MORFOSSINTAXE DOS CLÍTICOS

De acordo com Miller & Sag (1997) e Monachesi (1999, 2005), uma das propriedades morfossintáticas mais salientes dos clíticos é o seu alto grau de seleção categorial. Segundo esses autores, diferentemente de outros sintagmas – os ditos plenos, que podem combinar-se

---

<sup>7</sup> Para uma análise a respeito do português europeu, completamente distinta da empreendida neste trabalho, ver Vigário (1999).

com diferentes categorias (como em (12) e em (13)) –, clíticos só podem combinar-se com verbos (em línguas românicas), como vemos em (11), em (14) e em (15).

- (11) a. L'articolo gli sembra incomprensibile (per lui).  
‘O artigo lhe parece incompreensível’  
b. \*Un articolo gli incomprensibile.  
‘Um artigo lhe incompreensível’  
c. Un articolo incomprensibile per lui.  
‘Um artigo incompreensível para ele’ (Monachesi, 1999: 22)
- (12) a. [<sub>VP</sub> encontrou [<sub>NP</sub> a Maria]]  
b. [<sub>PP</sub> d[<sub>NP</sub> a Maria]]
- (13) a. [<sub>VP</sub> roubou [<sub>PP</sub> da Maria] muito dinheiro]  
b. [<sub>NP</sub> beleza[<sub>PP</sub> da Maria]]  
c. [<sub>AdvP</sub> Antes[<sub>PP</sub> da Maria]]
- (14) a. [<sub>VP</sub> [<sub>Cl</sub> me] encontrou]  
b. \*[<sub>PP</sub> d[<sub>Cl</sub> me]]
- (15) a. [<sub>VP</sub> [<sub>Cl</sub> me] roubou muito dinheiro]  
b. \*[<sub>NP</sub> beleza[<sub>Cl</sub> me]]  
c. \*[<sub>AdvP</sub> Antes[<sub>Cl</sub> me]]

Conforme (11), em italiano, o sintagma preposicionado *per lui* pode combinar-se com mais sintagmas (em (11c), um sintagma adjetival) que o clítico (que não se combina com o mesmo sintagma adjetival, conforme (11b)). Em português, podemos observar em (12) que sintagmas nominais plenos podem estar dentro de sintagmas verbais e sintagmas preposicionais. O pronome clítico em (14), nos mesmos contextos, só é gramatical em sintagmas verbais. De forma semelhante, sintagmas preposicionais como em (13) compõem, entre outros, sintagmas verbais, sintagmas nominais e sintagmas adverbiais. Já em (15), nos mesmos contextos, somente compo um sintagma verbal (em (15a)) o clítico é gramatical.

Conforme Anderson (1992), outra propriedade morfossintática compartilhada entre clíticos e afixos é a ordem rígida. O ordenamento de clíticos costuma ser fixo nas línguas em que a coocorrência é apresentada (comportamento similar ao dos afixos), conforme (16).

- (16) a. Martina me lo spedisce.  
‘Martina me o enviou.’  
b. \*Martina lo mi spedisce.  
‘Martina o me enviou.’ (Monachesi, 1999: 23)

O ordenamento entre os clíticos, segundo Monachesi (1999, 2005), é em larga medida idiossincrático. Segundo a autora, todas as tentativas de derivar a ordem dos clíticos por meio de suas propriedades morfossintáticas de maneira não estipulativa fracassaram. Esse é um dos motivos pelos quais a autora propõe uma análise realizacional para esses elementos: sua ordem pode ser determinada por meio de uma restrição implicacional de realização (*spell-out*)

da informação derivada pela operação de cliticização feita no léxico (conforme veremos a seguir).

Em português brasileiro, atualmente, a utilização dos pronomes dativo e acusativo ao mesmo tempo não é usual.<sup>8</sup> No português escrito culto, encontramos ocorrência do *se* ergativo combinado com o clítico dativo, como nos exemplos em (17), em (18) e em (19).

- (17) a. Se lhe disputava a preferência.  
b. \*Lhe se disputava a preferência.
- (18) a. Foi um ar que se lhe deu.  
b. \*Foi um ar que lhe se deu.
- (19) a. Se lhe fecharam as portas do mundo.  
b. \*Lhe se fecharam as portas do mundo.

A existência de *lhe se*, como em (17b), em (18b) e em (19b), mesmo no padrão escrito culto, não foi atestada. Isso mostra que, apesar de não fazer parte da "gramática do português falado", há uma espécie de intuição subjacente sobre a ordem dos clíticos (ao menos no momento da escrita).

Outra propriedade morfosintática dos clíticos é atestada em estruturas coordenadas: em contextos de coordenação de nós verbais, clíticos não possuem escopo sobre os dois verbos da sentença, diferentemente de sintagmas plenos. Segundo Miller (1992), Miller & Sag (1999) e Monachesi (1999, 2005), se os clíticos tivessem comportamento de palavra, eles deveriam ter escopo amplo na coordenação, o que não ocorre nem em italiano (20), nem em português (21).<sup>9</sup>

- (20) a. Giovanni desidera e cerca Martina.  
'Giovanni deseja e olha Martina.'
  - b. Giovanni la desidera e la cerca.  
'Giovanni a deseja e a olha.'
  - c. \*Giovanni la desidera e cerca.  
'Giovanni a deseja e olha.'
- (Monachesi, 2005: 48)
- (21) a. No aeroporto, Maria me encontrou e me abraçou.
  - b. \*No aeroporto, Maria me encontrou e abraçou.
  - c. No aeroporto, Maria encontrou e abraçou o João.

Segundo Zwicky & Pullum (1983), Monachesi (1999, 2005) aponta outra interessante propriedade dos clíticos nas línguas românicas: algumas combinações entre clíticos não são

---

<sup>8</sup> Embora acreditemos, como procuramos mostrar em Ribeiro & Soares (a sair), que distinções de caso não são utilizadas pela gramática para a realização dos clíticos em português (pois argumentamos que o comportamento dos clíticos em fenômenos complexos é derivado de outras propriedades independentemente motivadas), utilizaremos os termos clítico acusativo e clítico dativo, operacionalmente, como auxiliares para uma descrição primária dos fenômenos (pois essa é a nomenclatura corrente na literatura sobre clíticos).

<sup>9</sup> Observação similar é feita, primeiramente, por Kayne (1975). Uma questão que pode ser levantada é em relação à utilização de Ø na posição de objeto do verbo coordenado em português brasileiro, como em *?O livro, João leu ele e passou \_ adiante*. Um exemplo similar com a utilização de clítico no lugar de pronome pleno, como *?O livro, João o leu e \_ passou adiante*, parece ainda mais estranho, o que poderia constituir um argumento favorável para uma análise afixal dos clíticos.

possíveis, ou seja, há lacunas arbitrárias no paradigma. Zwicky & Pullum (1983) mostram que lacunas arbitrárias ocasionalmente ocorrem em paradigmas flexionais (como nos verbos ditos “defectivos” na Gramática Tradicional do português). Em (22), vemos que algumas combinações não são possíveis, como o clítico dativo de terceira pessoa e o acusativo de primeira pessoa.<sup>10</sup> Conforme Monachesi (1999, 2005), essas lacunas arbitrárias poderiam ser explicadas pela ausência de uma restrição implicacional de realização para essas sequências (de acordo com o que veremos a seguir).

- (22) a. \*Martina gli mi presenta.  
‘Martina lhe me apresenta.’

Ainda seguindo Zwicky & Pullum (1983), Monachesi (1999, 2005) sustenta que idiossincrasias morfofonológicas são comuns em paradigmas flexionais. Dessa forma, a autora mostra que diversos fenômenos morfofonológicos e sintáticos idiossincráticos podem ocorrer, como em paradigmas flexionais, com os clíticos, como em (23), em (24) e em (25).

(23) *Apagamento de vogal:*

- a. Martina l'accetta.  
‘Martina a aceita.’

(Monachesi, 1999: 28)

(24) *Alteração da realização fonológica do clítico:*

- a. Martina \*ti/te lo spedirá.  
‘Martina te o mandará.’

(Monachesi, 1999: 28)

(25) *Alteração da forma com dois clíticos no espanhol:*

- a. María le enviará el libro.  
‘Maria lhe enviará o livro’  
b. María lo enviará a él.  
‘Maria o enviará para ele.’  
c. María se/\*le lo enviará.  
‘Maria lhe o enviará.’

Em (23), podemos observar a deleção da vogal *a* da forma clítica *la* em italiano; em (26), há alteração da realização fonológica do clítico *ti* com o abaixamento da vogal de *i* para *e*. Segundo Monachesi, não se encontra, na literatura, explicação não estipulativa para esses dois fenômenos. Da mesma maneira, adicionamos a alteração da forma do clítico dativo quando coocorre com o acusativo no espanhol, em (25c), que se realiza não como *le* – o qual ocorre sozinho, como em (25a) –, mas como *se*.<sup>11</sup> Essas arbitrariedades também poderiam ser

---

<sup>10</sup> De acordo com Haspelmath (2004), a lacuna que Monachesi utiliza como exemplo não seria arbitrária. A agramaticalidade de uma sentença como (24) seria devida à violação do ordenamento de duas hierarquias de proeminência cognitiva paralelas: a de pessoa e a de função sintática. Segundo o autor, a ordem dos clíticos deve corresponder à ordem de suas propriedades em ambas as hierarquias simultaneamente. O cruzamento, ou seja, o fato de uma das propriedades do clítico X estar mais alta na hierarquia que a mesma propriedade do clítico Y, enquanto outra propriedade desse mesmo clítico X está mais baixa que esta mesma propriedade do clítico Y, torna a sentença agramatical. Deixamos essa questão em aberto para pesquisa futura.

<sup>11</sup> Na verdade, não há certeza de que não há um condicionamento morfofonológico ou morfossintático para essa alteração. Deixamos essa questão em aberto para pesquisa futura.

tratadas, em uma análise como a de Monachesi, em um viés realizacional, por meio da mesma restrição: suas alterações podem ser estipuladas por meio de uma restrição de realização da informação derivada pela operação de cliticização feita no léxico.

No entanto, alguns fenômenos morfossintáticos observados em relação aos clíticos das línguas românicas parecem advogar contra uma análise como afixo. Um desses possíveis contra-argumentos é a alternância próclise-ênclise: Monachesi (2005) aponta o fato que a alternância (motivada sintaticamente) entre a posição proclítica e a posição enclítica no PE, como em (26), pode ser um contra-argumento para a análise dos clíticos como afixos.

(26) a. Não me chamo Manoel. (PE)

b. Ele deu-me um livro. (PE)

(Monachesi, 2005: 63-64)

Em PE, a ênclise é motivada por certas classes gramaticais antepostas ao verbo. Segundo Monachesi (2005: 63), isso seria uma evidência contrária à abordagem léxico-realizacional proposta por ela e por Miller & Sag (1997).

Uma primeira observação a que se deve atentar em relação a isso diz respeito à situação atual da "colocação pronominal" no português. Segundo Vieira (2007: 122):

no que se refere à caracterização sociolinguística, a ordem dos pronomes átonos foi e é ainda hoje utilizada como indicador das divergências entre o português do Brasil e o português europeu. (...) No português do Brasil, a colocação pré-verbal, a preferida, e a pós-verbal constituem variantes possíveis, formas alternantes para um mesmo contexto estrutural.

Cabe ressaltar a observação final de que a próclise e a ênclise são variantes de um mesmo contexto estrutural (leia-se sintático). No seguimento do texto, a autora sustenta que a forma enclítica (minoritária) aparece em contextos de formalidade e de exigência de correção gramatical, o que nos leva a uma segunda observação: em português brasileiro, a utilização de ênclise é relacionada à pressão da norma culta e está em larga medida desaparecendo em todas as variedades faladas no país. Inclusive, segundo Perini (2001: 230), "a ênclise estaria desaparecendo do português brasileiro especialmente na modalidade falada, e essa tendência já teria deixado marcas muito profundas no próprio padrão escrito." Essa preferência pela próclise em PB é mostrada pela pesquisa sociolinguística apresentada em Vieira (2002, 2003, 2007), que mostra a distribuição dos pronomes em três variedades do português, resumida na Tabela 1 (extraídas de Vieira, 2003: 5):

Lexias verbais simples – Modalidade Oral						
	Português Europeu		Português Moçambicano		Português do Brasil	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Próclise	383/729	53%	651/1347	48%	1221/1369	89%
Ênclise	346/729	47%	696/1347	52%	148/1369	11%
Mesóclise	0/729	0%	0/1347	0%	0/1369	0%

**Tabela 1:** Distribuição das variantes relativas à ordem dos clíticos em lexias verbais simples no “corpus” oral das três variedades do Português

Como vemos, embora os dados sejam relativamente antigos, pois o *corpus* utilizado foi o do projeto Norma Urbana Culta Carioca (NURC), que, segundo o site do projeto, é constituído de entrevistas gravadas nas décadas de 70 e 90, a preferência pela próclise já era amplamente corroborada (1.221 utilizações de próclise frente a 148 utilizações de ênclise – 89% das ocorrências). Diante dessas considerações, neste trabalho, assumiremos, daqui em diante, somente a forma proclítica como relevante para a análise.

Os dados de Vieira (2002, 2003 e 2007) apresentados acima são relacionados às lexias verbais simples (um único verbo); a análise de lexias verbais complexas (locuções verbais, verbos de controle de sujeito e de objeto)<sup>12</sup> e de sentenças com a cópula *ser* tornam os fatos um pouco mais complexos, pois apresentam um segundo possível contra-argumento para uma análise afixal dos clíticos pronominais: o fenômeno chamado "Subida do Clítico" (*Clitic Climbing*). No entanto, no português brasileiro falado culto, parecem ser poucos os casos que apresentam a Subida do Clítico. A seguir, resumizamos diversos contextos em que poderíamos encontrar clíticos ascendidos.<sup>13</sup>

a) *Auxiliar*

- (27) a. ??A Maria me está matando. ?A Maria me havia/tinha atacado.  
b. A Maria está me matando. A Maria havia/tinha me atacado.

b) *Modal*

- (28) a. ??A Maria me pode/deve matar. ??A Maria me tem que matar.  
b. A Maria pode/deve me matar. A Maria tem que me matar.

c) *Verbos de controle*

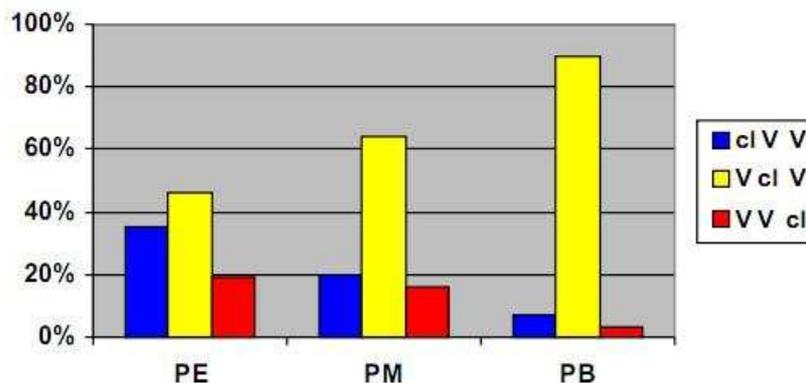
- (29) a. ??A Maria me quer/tenta/espera matar.

<sup>12</sup> Conforme Pollard & Sag (1994) e Bender, Sag & Wasow (2003), entendemos como locuções verbais os casos em que o primeiro verbo possui um comportamento de auxiliaridade em relação ao segundo, como nos exemplos em (27) e em (28); como verbos de controle de sujeito, os verbos que têm seu primeiro argumento coindexado com o (ou seja, com o mesmo valor do) primeiro argumento do verbo subordinado, como em (29); e como verbos de controle de objeto, tradicionalmente conhecidos na Linguística Gerativa como verbos de ECM (Chomsky, 1981, 1986), verbos que têm seu segundo argumento coindexado com o primeiro argumento do verbo subordinado, como em (30) e em (31).

<sup>13</sup> Nos exemplos apresentados ao longo do texto, ? indica que a forma é levemente estranha (ou não preferencial em relação a uma forma sem marcação); ?? indica que a forma é atestada em *corpus*, mas, quando apresentada aos informantes, provoca grande estranhamento; e \* indica agramaticalidade.

- b. A Maria quer/tenta/espera me matar.
- d) *Percepção*
- (30) a. A Maria me viu/ouviu/escutou matar o João.  
b. ?A Maria viu/ouviu/escutou eu matar o João.
- e) *Causação*
- (31) a. A Maria me mandou/fez matar o João.  
b. ?A Maria mandou/fez eu matar o João.
- f) *Verbo de ligação* (Ascensão de argumento de adjetivo)
- (32) a. ?A Maria me foi fiel.  
b. A Maria foi fiel a mim.
- g) *Particípio passivo* (adaptado de Menuzzi, 2011)
- (33) a. O livro (?me) foi entregue (pra mim) pelo Paulo.  
b. ?? O livro foi me entregue pelo Paulo.

Discutiremos esses fenômenos em três grupos, baseados no comportamento que eles apresentam e em uma possível análise uniforme desse comportamento. O primeiro grupo é constituído pelos casos em (27a), (28a) e (29a), em relação aos quais argumentaremos que, de modo semelhante à ênclise, provocam certo estranhamento do falante e não são usuais no português falado culto, conforme Vieira (2002, 2003 e 2007). De acordo com o que observamos na Figura 1 (extraída de Vieira, 2003: 10), a utilização do clítico imediatamente anteposto ao segundo verbo é mais usual no português brasileiro (90% dos casos):<sup>14</sup>



**Figura 1:** Ordem do clítico em complexo verbal em cada variedade do português.

Na discussão a respeito dos tipos de complexos verbais que favorecem a ocorrência de uma ou outra distribuição do clítico, a autora confirma o fato, com relação ao português brasileiro, de "este apresentar o pronome, tanto nas perífrases [locuções verbais] quanto nos complexos bi-oracionais [verbos de controle de sujeito], imediatamente anteposto à segunda forma verbal (Vieira, 2003: 14)". Dessa forma, assim como descartamos a ênclise em lexias verbais simples, no restante deste trabalho descartaremos a Subida do Clítico em locuções verbais e em verbos de controle de sujeito como fenômeno relevante.

<sup>14</sup> Na Figura 1, PE refere-se ao português europeu, PM ao português moçambicano e PB ao português brasileiro.

Além disso, ainda na análise dos dados, a autora afirma que a variante em que o verbo se pospõe ao verbo subordinado, ainda mais rara, ficaria restrita a construções com a segunda forma verbal no infinitivo seguida, principalmente, do clítico acusativo de 3ª pessoa.<sup>15</sup> E, confirmando nossos julgamentos em relação aos exemplos de (27) a (31), a autora afirma que “nas construções causativas/sensitivas [de percepção], o clítico complemento de V1 figura na adjacência do verbo ‘matriz’ nas três variedades [analisadas do português] (Vieira, 2003: 14)”. Isso explicaria a ocorrência minoritária, mas expressiva, da distribuição do clítico antes do primeiro verbo, como nos casos em (30) e em (31).

O segundo grupo é formado, então, pelos casos em (30) e em (31). Para a análise desses verbos, sustentamos, seguindo a análise corrente em HPSG de Pollard & Sag (1994) e Bender, Sag & Wasow (2003), que há subcategorização do verbo de percepção ou de causação de um sintagma nominal na posição de objeto (coindexado com o primeiro argumento semântico do verbo da oração subordinada) e de uma oração subordinada. Dessa forma, os casos em (30) e em (31) não seriam casos de Subida de Clítico, mas simplesmente realização clítica de uma posição subcategorizada pelo verbo.

O português apresenta um argumento contra essa análise: a utilização de orações subordinadas com o verbo no “infinitivo flexionado”, que licenciaria o pronome *eu* nominativo dentro da oração subordinada. Isso nos forçaria a ter de admitir que os verbos de causação e de percepção teriam duas entradas lexicais, perdendo generalidade no léxico. Interessantemente, encontramos, entretanto, no português falado (e mesmo escrito), casos como (34b).

- (34) a. A Maria me forçou/induziu a matar o João. A Maria me dissuadiu de matar o João.  
b. ??A Maria forçou/induziu eu a matar o João. ??A Maria dissuadiu eu de matar o João.<sup>16</sup>

Os casos em (34b), chamados em Pollard & Sag (1994) também de verbos de controle de objeto, mostram que o pronome *eu* no caso nominativo está substituindo, em muitos contextos, independentemente da atribuição de caso pela concordância em “infinitivos flexionados”, os clíticos pronominais.<sup>17</sup> Assim, acreditamos que a análise de Pollard & Sag (1994) e Bender, Sag & Wasow (2003) está correta e não são necessárias duas entradas

---

<sup>15</sup> Essa distribuição não foi considerada nos nossos contextos, pois não é relevante para a discussão do fenômeno da Subida do Clítico e é bastante rara em português falado. No entanto, constitui um fato interessante essa observação de Vieira (2003), que pode ser explorada em trabalhos futuros.

<sup>16</sup> Estes exemplos foram atestados no Google, e parece ser uma tendência da língua a utilização de pronomes nominativos na posição de objeto.

<sup>17</sup> Na verdade, conforme procuramos mostrar em Soares & Ribeiro (a sair), o fenômeno da concordância é muito mais complexo do que faz parecer a análise gerativa tradicional (ver Pollard & Sag, 1994; Kathol, 1999).

lexicais para os verbos de controle de objeto, tendo em vista a variação pronome nominativo ~ clítico pronominal; antes, somente são necessárias duas restrições à realização sintática (uma para o clítico e outra para o argumento pleno).

Para os casos (32) e (33), que constituem o terceiro grupo, ainda que admitamos que a forma com o sintagma preposicional seja amplamente preferida pelos falantes para evitar o clítico ascendido, sustentaremos que uma análise desses casos é possível por meio de um mecanismo independentemente motivado e desenvolvido nas análises mais recentes em HPSG – a função Compressão (*Compression*) (cf. Manning & Sag, 1998, 1999; Iida, Manning & Sag, 1999) –, que explica dissociações entre a estrutura de argumentos (ou seja, as exigências sintático-semânticas de um item lexical) e sua realização sintática. Essa análise, no entanto, será desenvolvida somente na seção final do artigo; por enquanto, cabe ressaltar que os casos em (32) e em (33) podem ser agrupados por se tratar, em ambas as orações, do mesmo verbo (a cópula *ser*) e de um clítico dativo.<sup>18</sup>

Com relação ao contra-argumento da Subida do Clítico, acreditamos que ele não constitua um problema para a análise dos clíticos do português brasileiro como afixos, mas constitui um fato interessante da língua, que exploraremos a seguir. O ponto, para concluir, é que são tão poucos os casos de verbos a que se aplica esse fenômeno (de utilização do clítico pronominal para saturar uma posição argumental de um elemento subordinado ao verbo) que podemos analisá-los como uma operação lexical, restrita no léxico a certos itens, como faremos a seguir.

Para sumarizar essa seção, gostaríamos de apontar que os fatos aqui apresentados, na nossa visão, não constituem por si só um argumento definitivo e irrefutável para analisarmos os clíticos como afixos. Por outro lado, como mostramos, em português brasileiro, não há evidência morfofonológica, nem morfossintática, para não os analisarmos dessa maneira. De fato, um argumento definitivo para se afirmar que clíticos pronominais são afixos é muito difícil de ser encontrado e depende, em essência, de uma conceituação amplamente embasada em dados (preferencialmente de diversas línguas) do comportamento dos afixos; no entanto, não é o que este artigo se propõe a fazer. Na verdade, para o restante deste artigo, o tratamento afixal dos clíticos pronominais é pressuposto das análises, mas não será a questão debatida; antes, argumentaremos que uma análise dos clíticos como afixos é interessante por preservar a Integridade Lexical do complexo "clítico pronominal-verbo" (cf. Miller & Sag, 1997).

---

<sup>18</sup> Agradecemos a Marcus Vinícius Lunguinho (em comunicação pessoal) pela observação sobre o caso desses clíticos pronominais, durante o I Congresso Brasileiro de Morfologia.

No restante deste artigo, apresentaremos as análises correntes em HPSG para os clíticos, com foco, essencialmente, em duas ideias: para dar conta dos fenômenos complexos envolvendo clíticos, precisamos de uma gramática de unificação baseada em restrições, em que se possa lidar com os diversos níveis independentes em paralelo (inclusive com uma morfologia robusta). Além disso, a outra ideia que está no cerne da análise que faremos a seguir é a de que, apesar de não haver argumentos definitivos para uma análise de clíticos como afixos, uma abordagem realizacional (de um tipo semelhante a "palavra e paradigma") parece mais interessante do que uma abordagem "sintaxe da palavra" (*word-syntax*, do tipo "item e arranjo") para lidar com os fenômenos que envolvem esses elementos. Nesse sentido, estamos de acordo com Anderson (1992: 69): "Em vez de um léxico de afixos, a morfologia de uma língua deveria consistir em um conjunto de regras, cada uma descrevendo alguma modificação das formas existentes, relacionando-as com outras formas."<sup>19</sup> Assim, a análise que desenvolveremos no restante do artigo é baseada na ideia de preservar a Integridade Lexical do complexo clítico-verbo e na ideia de uma gramática de unificação baseada em restrições, dentro da perspectiva de uma abordagem realizacional.

## 2. UM TRATAMENTO DOS CLÍTICOS PRESERVANDO A INTEGRIDADE LEXICAL

Alguns dos primeiros pesquisadores a desenvolver uma análise morfológica baseada em "itens" foram os estruturalistas. No que se refere ao português brasileiro, o linguista Câmara Jr. levantou, brilhantemente, um problema para esse *framework*. Em sua análise (estruturalista bloomfieldiana) dos clíticos em português, deve-se ressaltar o problema apresentado pela noção de "forma dependente" (cf. Camara Jr., 1970, 1971). O autor afirma, baseado em Bloomfield (1933: 160), que as "formas livres" (elementos com autonomia) "constituem uma sequência que pode funcionar como comunicação suficiente (ex.: <<Que vão fazer?>>. Resposta: <<Proscrever>>.) (Camara Jr., 1970: 70)." Sofisticando um pouco o critério, Câmara Jr. defende que a interposição de elementos entre dois vocábulos (ou "intercalação de outras formas livres", nos dizeres do autor) também mostra sua autonomia (teste de disjunção) e, quando essa disjunção não é permitida, que a alternativa de mudar de posição em relação à forma livre resta suficiente (cf. *se fala/fala-se*). Camara Jr. sustenta, então, que pronomes átonos são formas livres, especificamente um subtipo destas, a que ele

---

<sup>19</sup> Tradução livre dos autores. No original: "Instead of a lexicon of affixes, the morphology of a language would then consist of a set of rules, each describing some modification of existing forms that would relate them to other forms."

chama de "forma dependente". Segundo ele, estas seriam um exemplo em português da falta de coincidência entre vocábulo fonológico e vocábulo formal, pois o pronome átono, apesar de ser um vocábulo formal (uma forma livre), constitui com outra forma livre (o verbo) um único vocábulo fonológico (ver também Bisol, 2004), pois se "acha ligado pelo acento que domina várias sílabas átonas" (Camara Jr, 1970: 70).

Como vimos, a distribuição enclítica do pronome átono é de baixa produtividade em português brasileiro (e, de acordo com o que acreditamos, tende a diminuir ainda mais). Quanto ao outro critério, o problema parece ser ainda mais intrincado: se a dependência de pronomes átonos é fonológica, poderíamos prendê-los a advérbios que tenham acento próprio, intercalando-o entre o pronome e o verbo, conforme (35c).

- (35) a. Maria amou intensamente o coelho.
- b. Maria me amou intensamente.
- c. \*Maria me intensamente amou.
- d. A (bela) menina/ de (puro) amor.

Vemos que a restrição não pode ser descrita somente com referência à ligação da sílaba átona (o clítico pronominal) ao acento de uma palavra principal se ela não for também descrita em termos de categoria, pois, do contrário, (35c) seria gramatical. Isso mostra que clíticos pronominais, diferentemente de outros clíticos como o artigo e a preposição em (35d), não se ligam a qualquer palavra com acento.

Acreditamos, dessa forma, que o conceito de "forma dependente" colocado por Câmara Jr. (1970, 1971) foi elaborado para lidar com um problema real para uma análise de modelos baseados em "itens". Hoje as análises baseadas em itens mudaram e deixaram de utilizar testes como os de Camara Jr., e isso, a nosso ver, na verdade, constitui uma dificuldade dessas teorias. Essa dificuldade é discutida na literatura sobre gramáticas de unificação de base lexicalista como o problema da "Integridade Lexical" (*Lexical Integrity Hypothesis*) das análises derivacionais que tomam como unidade básica os itens (cf. Anderson, 1992; Bresnan & Mchombo 1995; Iida, Manning & Sag, 1999). Acreditamos, de acordo com o que mostra o paradigma em (35), estar diante de um complexo íntegro lexicalmente: de acordo com os testes de Câmara Jr. e de Bloomfield, estaríamos diante de um único Vocábulo Formal (tendo em vista a impossibilidade da cisão entre clítico pronominal e verbo em qualquer teste de distribuição). Ou seja, nas palavras de Anderson (1992: 84), em sua formulação da Hipótese da Integridade Lexical, "a sintaxe não manipula nem tem acesso à estrutura interna das palavras", nesse caso do complexo clítico-verbo.<sup>20</sup>

---

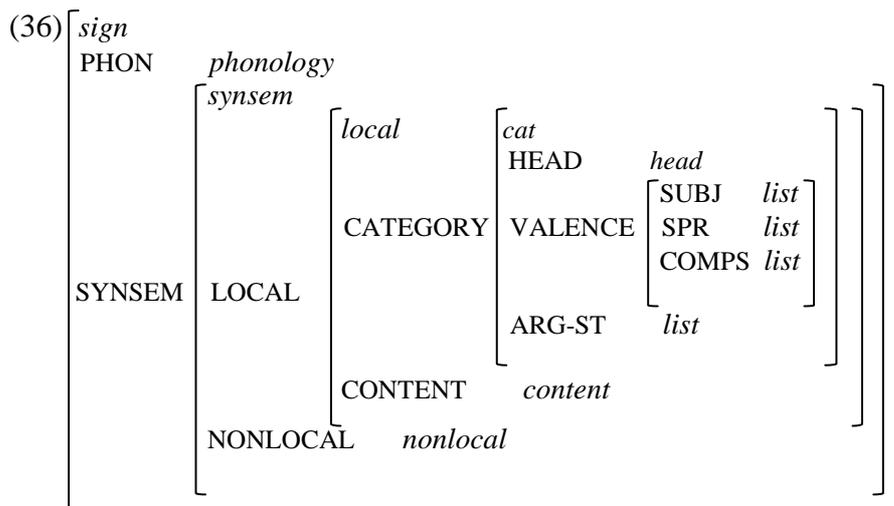
<sup>20</sup> Tradução livre dos autores. No original, "The syntax neither manipulates nor has access to the internal structure of words".

Ao mesmo tempo, a dissociação de vocábulo formal e de vocábulo fonológico, proposta por Câmara Jr., demonstra a intuição de um bom linguista que observa que a gramática deve ter vários níveis independentes, mas que conversem entre si. Nesse sentido, os fenômenos envolvendo os clíticos, como sua distribuição, por exemplo, conforme argumentaremos a seguir, exigem uma teoria que seja capaz de representar restrições em múltiplos níveis. Dessa forma, acreditamos que uma análise em HPSG seja apropriada para lidar com os fenômenos envolvendo clíticos pronominais. Além disso, advogamos, de acordo com a Hipótese da Integridade Lexical, a favor de uma morfologia diferente (e independente) da sintaxe, com seus próprios primitivos, mas que, assim como os outros níveis, dialogue em paralelo com eles. Na próxima subseção, introduziremos brevemente a HPSG e a análise corrente dos clíticos em uma morfologia com essas características: a abordagem realizacional.

## 2.1 NOÇÕES BÁSICAS DE HPSG

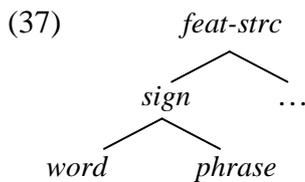
A Head-Driven Phrase Structure Grammar (HPSG) (Pollard & Sag, 1987, 1994; Bender, Sag e Wasow, 2003) é uma teoria gramatical lexicalista e baseada em restrições. A HPSG é uma gramática de unificação: as estruturas precisam satisfazer restrições gramaticais de diferentes naturezas (fonológica, sintática, semântica, etc.) de maneira simultânea, não derivacional, em um único estrato gramatical.

As representações das entidades linguísticas em HPSG são formalizadas por meio de estruturas de traços, sendo que a unidade fundamental de representação linguística nesta teoria é o signo (*sign*). Signos são estruturas complexas que contêm informações fonológicas, semânticas e sintáticas de uma unidade linguística – ou seja, diferentemente de outros modelos, na HPSG os signos – ou seja, itens lexicais (*words*) ou sintagmas (*phrases*) – possuem estrutura interna, e isso permite a explicação de fenômenos em que se nota uma complexa interação entre informações gramaticais de diferentes naturezas. Um objeto do tipo *sign*, por exemplo, possui ao menos dois valores: PHON (codifica informação fonológica) e SYNSEM (inclui informação sintática e semântica). A representação de *signs* neste modelo é realizada por meio de matrizes de atributos-valores (MAVs):



O valor de CONTENT contém todas as informações semânticas dos elementos linguísticos. No caso de elementos nominais, por exemplo, o atributo INDEX está contido em CONTENT, e possui informações de concordância como pessoa (PERSON), gênero (GENDER) e número (NUMBER). Por sua vez, o atributo CATEGORY codifica informações relativas à categoria sintática da palavra ou do sintagma, e é composto pelos seguintes atributos: (i) HEAD, que diz respeito aos traços morfossintáticos do signo (p. ex., parte do discurso, forma verbal ou caso), (ii) VALENCE, referente às propriedades superficiais de realização dos argumentos dos signos – o atributo VAL é composto por SUBJ (sujeito), SPR (especificador) e COMPS (complementos) –, e (iii) ARG-ST, o nível sintático de exigência de combinação, que codifica informações sobre a hierarquia de proeminência (obliquidade).

Uma das principais vantagens da HPSG consiste na organização do léxico por meio de uma "hierarquia de heranças múltiplas" de tipos linguísticos, em que subtipos exibem propriedades comuns a seus supertipos. Com base nessa hierarquia, é possível expressar regularidades em relação às informações gramaticais entre diferentes elementos linguísticos de maneira extremamente econômica. A hierarquia de tipos representa a relação que se estabelece entre os tipos e subtipos possíveis para as entidades linguísticas: nessa relação, um subtipo herda todos os atributos de seu supertipo, e deve especificar valores para eles. Às *words*, por exemplo, é atribuída uma *Feature Structure* cujos atributos são especificados pelas informações herdadas dos seus supertipos. Instanciações de um dado subtipo (p. ex., itens lexicais) devem especificar valores para todos os traços declarados por esse tipo e aqueles herdados do(s) seu(s) supertipo(s). Alguns dos tipos básicos de estruturas de traços (*feature structures*) são ilustrados em (37):

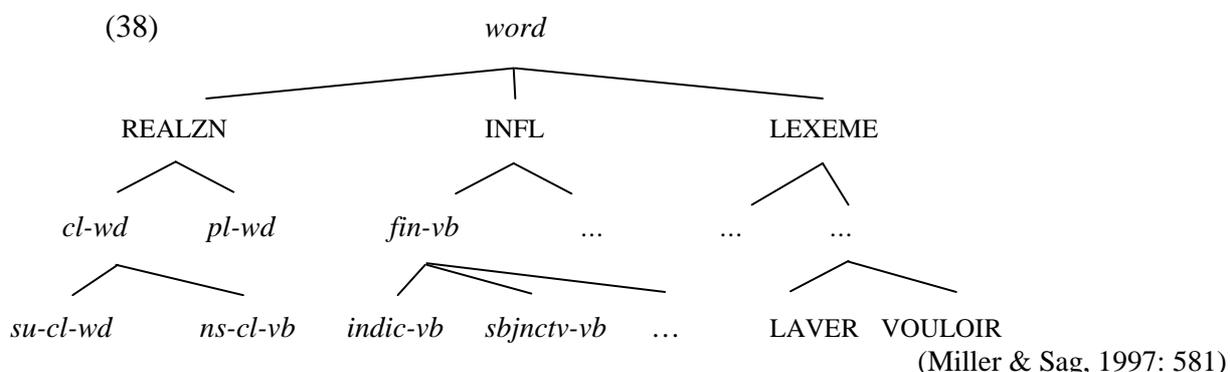


Finalmente, no que diz respeito à morfologia e sua interação com a sintaxe, semântica e fonologia em HPSG, de acordo com Monachesi (2005), diferentes análises já foram propostas. Mais especificamente, a autora afirma que já foram exploradas sob a perspectiva da HPSG tanto abordagens morfológicas realizacionais (cf. Matthews, 1972; Anderson, 1992; entre outros), como abordagens *word-syntax* (cf. Selkirk, 1982). As abordagens *word-syntax* em HPSG (Krieger & Nerbonne, 1992; Krieger, 1994) defendem que os morfemas possuem *status* de signos, e se combinam com as bases por meio de operações morfológicas similares às operações sintáticas. Por sua vez, as abordagens realizacionais (Kathol, 1999; Miller & Sag, 1997; Monachesi, 1999; 2005) argumentam que os morfemas não são signos, mas representam a realização fonológica de propriedades morfossintáticas do elemento com o qual se combinam. Conforme discutimos, acreditamos que uma abordagem realizacional para a análise dos clíticos é mais vantajosa, pois mantém a integridade lexical do complexo clítico pronominal-verbo (cf. Hipótese da Integridade Lexical), tratando o pronome átono como uma forma afixada ao verbo, em uma abordagem que considera a morfologia como um módulo independente da sintaxe. Nas seções seguintes, apresentaremos brevemente as propostas de Miller & Sag (1997) e Monachesi (1999, 2005), de base realizacional, e apontaremos as vantagens e os problemas destas propostas.

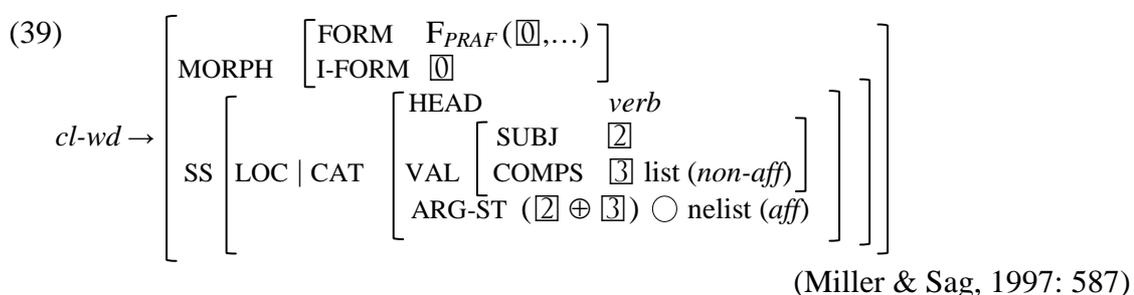
## 2.2 A ANÁLISE DE MILLER & SAG (1997) PARA OS CLÍTICOS DO FRANCÊS EM HPSG

Miller & Sag (1997) argumentam que somente uma gramática de unificação, baseada em restrições, como a HPSG, fornece as ferramentas necessárias para o tratamento adequado dos clíticos nas línguas românicas, sem a necessidade de regras de movimento, da utilização de categorias funcionais e de outras complicações acarretadas pelo seu comportamento gramatical em teorias derivacionais. Nesse sentido, os autores propõem uma análise estritamente lexicalista para os clíticos do francês, na qual as formas cliticizadas dos verbos são formadas por meio de regras morfolexicais – ou seja, os clíticos são afixos flexionais que se ligam aos verbos no léxico como forma de satisfazer seus requerimentos de subcategorização.

Conforme a proposta de Miller & Sag (1997), as palavras flexionadas devem pertencer a três tipos compatíveis na hierarquia: (i) REALZN, que é subdividido em *cl-wd* (palavra cliticizada) e *pl-wd* (palavra simples), (ii) INFL, que especifica a forma flexional do lexema e (iii) LEXEME, o qual especifica a raiz morfológica, e as informações sintáticas e semânticas comuns a um conjunto de formas flexionadas:



Esta análise reduz a redundância no léxico, ao postular que cada lexema – i.e., item lexical – precisa especificar apenas sua fonologia, sua categoria gramatical e seu significado: outras características serão derivadas da hierarquia de tipos. Cada tipo na hierarquia está associado a determinadas restrições (i.e., condições de boa formação que definem o que é um signo válido em uma língua). Por exemplo, ao tipo *cl-word*, conforme os autores, está associada a seguinte restrição:



A análise de Miller & Sag (1997) para a cliticização é baseada crucialmente na distinção entre dois tipos de realização dos verbos: como palavra simples (*plain-wd*) e como palavra cliticizada (*cl-word*). De acordo com a restrição em (39), palavras cliticizadas (*cl-word*) precisam ter pelo menos um de seus argumentos afixados ao verbo como clítico, e não realizados como argumentos plenos na sintaxe, o que é garantido pela presença do tipo *aff* na ARG-ST (considerando-se que o argumento em COMPS é do tipo *non-aff*, ou seja, um argumento pleno). Isso é, a condição de boa-formação de uma palavra cliticizada é que ela realize ao menos um de seus argumentos como clítico e não como argumento pleno. Por sua vez, a função  $F_{PRAF}$  em (39) é responsável pela realização morfofonológica da forma da palavra cliticizada como um clítico pronominal. Em (40), temos o exemplo do verbo do

francês *donner* 'dar', na 3ª pessoa do singular do futuro do indicativo, cliticizado com o pronome *lui* (lhe), o que resulta na forma *lui donnera* (lhe dará):

$$(40) \left[ \begin{array}{l} ns-cl-vb \ \& \ DONNER \ \& \ 3sg-fut-ind-vb \\ \left[ \begin{array}{l} MORPH \ \left[ \begin{array}{l} FORM \ \textit{lui-donnera} \\ I-FORM \ \textit{donnera} \end{array} \right] \\ \\ SS \ | \ LOC \ | \ CAT \ \left[ \begin{array}{l} HEAD \ \left[ \begin{array}{l} verb \\ VFORM \ \textit{indic} \end{array} \right] \\ VAL \ \left[ \begin{array}{l} SUBJ \ \langle \textit{I} \rangle \\ COMPS \ \langle \textit{I} \rangle \end{array} \right] \\ ARG-ST \ \langle \textit{I}NP[3sg], \textit{2}NP[acc], NP[p-aff, \grave{a}_1, 3sg] \rangle \end{array} \right] \end{array} \right] \end{array} \right]$$

(Miller & Sag, 1997: 589)

A análise de Miller & Sag (1997) dá conta, portanto, da integridade lexical do complexo clítico pronominal-verbo, uma vez que trata a forma cliticizada do verbo como uma realização do mesmo lexema, como uma forma flexionada. Essa análise explica a impossibilidade da mobilidade do clítico pronominal acentuado em contexto de contrastividade (como nos exemplos (8) e (10)), o alto grau de seleção categorial (como nos exemplos (12) a (15)), a impossibilidade do escopo largo na coordenação (como nos exemplos em (21)) e, ainda, a impossibilidade de se colocar um advérbio acentuado entre clítico e pronome (como nos exemplos em (35)). Em outras palavras, essa proposta dá conta amplamente das propriedades distribucionais dos clíticos pronominais, pois impõe uma relação de Integridade Lexical entre o clítico e o verbo, na medida em que o clítico é uma forma flexionada do verbo.

### 2.3 A ANÁLISE DE MONACHESI (1999, 2005)

Assim como Miller & Sag (1997), Monachesi (1999, 2005) defende em sua proposta que os clíticos nas línguas românicas são elementos de natureza afixal, que satisfazem os requerimentos de subcategorização dos verbos de que são argumentos; ou seja, Monachesi (1999, 2005) mantêm as principais vantagens da análise de Miller & Sag (1997) com respeito à análise da Integridade Lexical entre clítico e verbo. Contudo, Monachesi defende que a cliticização consiste em uma regra lexical com efeitos sintático-semânticos e morfofonológicos, em contraste com a análise de Miller & Sag (1997), que trata a cliticização por meio de restrições em tipos, como vimos na seção anterior. Ou seja, em linhas gerais, Monachesi assume que a cliticização é um reflexo morfofonológico de uma operação de

alteração de valência. Em (41), temos a operação lexical postulada pela autora para dar conta da realização do clítico reflexivo *si* no italiano:

$$(41) \left[ \begin{array}{l} \text{word} \\ \text{HEAD } \textit{verb} \\ \text{VAL | COMPS } \boxed{1} \circ \boxed{2} \\ \text{CLTS } \textit{elist} \end{array} \right] \mapsto \left[ \begin{array}{l} \text{VAL | COMPS } \boxed{1} \\ \text{CLTS } \textit{list } \boxed{2}(\textit{acl-ss}) \end{array} \right]$$

(Monachesi, 1999: 56)

A regra em (41) altera a valência do verbo, removendo o complemento da lista de COMPS e colocando-o na lista de CLTS. O resultado da aplicação desta regra é o de que o NP pleno subcategorizado como complemento do verbo não é realizado sintaticamente, mas como um pronome clítico.

A realização correta do clítico é assegurada por meio de restrições implicacionais, como a descrita em (42), a qual garante que, quando o valor de CLTS é NP[*acl-ss*]<sub>[3]</sub>, a sua realização fonológica apropriada é *si*:

$$(42) \left[ \begin{array}{l} \text{complex-morph} \\ \text{STEM | SS | L | C | CLTS } \langle \text{NP}[\textit{acl-ss}]_{[3]} \rangle \end{array} \right] \mapsto \left[ \begin{array}{l} \text{AFFIX } \left[ \begin{array}{l} \textit{affix} \\ \text{PHON | SKEL } \langle \textit{si} \rangle \end{array} \right] \end{array} \right]$$

(Monachesi, 1999: 96)

Monachesi (1999, 2005) resolve explicitamente, dessa forma, alguns problemas que eram resolvidos somente de forma implícita em Miller & Sag (1997). O ordenamento entre os clíticos, por exemplo, que, segundo Monachesi (1999, 2005), é em larga medida idiossincrático, é analisado por meio da proposta de uma análise realizacional para esses elementos: sua ordem pode ser determinada por meio de uma restrição implicacional de realização (*spell-out*) da informação derivada pela operação de cliticização feita no léxico (como (42)). Além disso, Monachesi (1999, 2005) aponta que algumas combinações entre clíticos não são possíveis, ou seja, há lacunas arbitrárias no paradigma. Casos como os em (22), nos quais vemos algumas dessas impossibilidades de combinação, conforme Monachesi (1999, 2005), poderiam ser explicadas pela ausência de uma restrição implicacional de realização para essas sequências. Ainda de acordo com essa proposta, idiossincrasias morfofonológicas, que são comuns em paradigmas flexionais e podem ocorrer com os clíticos, como em (23), em (24) e em (25), também poderiam ser tratadas, em uma análise como a de Monachesi, em um viés realizacional, por meio da mesma restrição implicacional de realização: suas alterações podem ser estipuladas por meio de uma restrição de realização da informação derivada pela operação de cliticização feita no léxico.

Dessa forma, vemos que a restrição implicacional de realização dos clíticos, nos termos de Monachesi (1999, 2005), cumpre um papel importante na explicação dos fenômenos envolvendo os clíticos, principalmente nos que envolvem alguns aspectos de natureza idiossincrática.

#### **2.4. PROBLEMAS COM AS ANÁLISES DE MONACHESI (1999,2005) E DE MILLER & SAG (1997)**

Como vimos, as análises de Miller & Sag (1997) e de Monachesi (1999, 2005) lidam bem, em uma abordagem estritamente lexicalista, com os problemas que os clíticos oferecem em termos empíricos, e explicam alguns dos fenômenos que envolvem esses elementos. Do ponto de vista teórico, essas análises são interessantes, pois mantêm a Integridade Lexical do conjunto, ao mesmo tempo em que são capazes de processar a informação de diversos níveis em paralelo, sem que haja necessidade de informação redundante em cada nível ou espalhada por níveis e por entidades abstratas. Isso é decorrente da arquitetura da HPSG, que permite que itens lexicais tenham estrutura interna complexa. Outra vantagem é que, em ambas as análises, ainda que os mecanismos não sejam os mesmos, a morfologia possui um estatuto igual ao dos outros níveis gramaticais, com seus próprios primitivos e sua independência, ao mesmo tempo em que também possui uma interface com os outros níveis. Quanto a alguns pontos teórico-analíticos, no entanto, acreditamos que essas análises possam ser revistas.

O primeiro deles é que há um grande sincretismo nas formas dos clíticos pronominais nas línguas românicas, como podemos ver, por exemplo, para o português brasileiro, na Tabela 2. Com relação às formas de primeira e de segunda pessoas do singular e do plural em português – *me*, *te* e *nos* – vemos que elas ocupam todos os espaços do paradigma, independentemente da função sintático-semântica. A forma não marcada para gênero e número *se* – a qual é, como as formas de primeira e de segunda pessoas, sincrética, ocupa, também, diversos espaços do paradigma.

Funct	ACC		DAT		ACC <sub>refl/rec</sub>		DAT <sub>refl/rec</sub>		Ergativo		Impessoal	
Gen	M	F	m	f	m	f	m	F	m	F	m	f
1 <sup>a</sup> ps	me		me		me		me		me		*	
1 <sup>a</sup> pp	nos		nos		nos		nos		nos		*	
2 <sup>a</sup> ps	te		te		te		te		te		*	
3 <sup>a</sup> ps					se		se		se		se	
3 <sup>a</sup> pp					se		se		se			

**Tabela 2:** Pronomes átonos no português brasileiro falado

Em relação ao *se*, há, ainda, um elemento estranho ao paradigma que é a forma *se* impessoal; essa forma é diferente das demais na medida em que não faz sentido falarmos em pessoa para uma forma impessoal. Na tentativa de enquadrar melhor esse elemento, neste artigo, assumimos uma ideia de Benveniste (1966: 197), retomada em Martín (2009), de que a noção de pessoa só pode ser aplicada à primeira e à segunda pessoas. Segundo Martín (2009: 17),

peessoa, que é um tipo de marcação dêitica, (...) pode ser definida (informalmente) como a categoria que indica os papéis do discurso, i. e. o falante (1<sup>a</sup> pessoa) e o ouvinte (2<sup>a</sup> pessoa). (...) No entanto, a forma conhecida como 3<sup>a</sup> pessoa não contém uma especificação sobre qualquer participante no discurso.

Assim, segundo o autor, seguindo Benveniste, a terceira pessoa é meramente um conceito negativo, ou seja, é usada para indicar uma "não pessoa" (qualquer uma diferente do falante e do ouvinte). Apesar de esse argumento ser essencialmente semântico-pragmático, e a Tabela 2 fazer referência essencialmente às propriedades morfossintáticas (e não semântico-pragmáticas, que veremos a seguir), assumiremos, junto com boa parte da literatura a esse respeito, que a terceira pessoa é uma forma não marcada (uma não-pessoa), e acomodaremos o *se* impessoal junto com as demais formas de terceira pessoa, embora uma elucidação mais precisa do que isso significa seja necessária.

Do modo como Monachesi (1999, 2005) formula as regras de realização das formas clíticas, esse sincretismo, visto na Tabela 2, parece, em grande medida, ser puramente acidental. Mesmo em Miller & Sag (1997), o sincretismo, por exemplo, da forma *se* nas línguas românicas parece ser um acaso: o clítico *se* pertenceria ao tipo *mark-ss*, quando a interpretação é ergativa, e ao tipo *acl-ss*, quando a interpretação é reflexiva, e isso é estipulado pela regra. cremos, no entanto, que esse sincretismo não ocorre por acaso, e pode

ser derivado de propriedades independentemente motivadas dos clíticos pronominais, como procuramos mostrar em Ribeiro & Soares (a sair).

Um segundo problema diz respeito à atribuição a alguns clíticos de mais informação do que eles fornecem, vinculando-os a uma forma plena, como podemos ver em (43).<sup>21</sup>

(43) MAV dos atributos relevantes de *glielo spedisce* 'lhe o envia':

$$\left[ \text{STEM} \mid \text{SS} \mid \text{L} \mid \text{C} \left[ \begin{array}{l} \text{VAL} \mid \text{COMPS } \textit{elist} \\ \text{CLTS} \langle \text{PP}[a]_{[3sgm]} \text{ NP}[acc]_{[3sgm]} \rangle \end{array} \right] \right] \quad (\text{Monachesi, 1999: 59})$$

São dois os problemas que podem ser colocados, em português brasileiro, para uma análise que pressupõe essa vinculação: (i) em alguns casos, como em (44), o sintagma pleno tem mais informação sintático-semântica do que o clítico é capaz de exprimir; no caso dos exemplos em (44), há ambiguidade entre “de mim” e “para mim”; (ii) em alguns casos, como em (45), não há forma plena correspondente na estrutura de argumentos do verbo (as duas formas possíveis *a minha perna* e *??a perna de mim* seriam informações internas ao sintagma nominal cujo núcleo é *perna*, e não elementos da ARG-ST do verbo, i. e. subcategorizados).<sup>22</sup>

(44) O rapaz me comprou flores./O biltre me levou o carro.

(45) O rapaz me quebrou/destroncou/deslocou a perna.

Outro problema, relacionado a este, diz respeito ao conceito que é empregado na operação lexical de manipulação dos traços verbais para inserção do clítico: satisfação dos requisitos de subcategorização. Alguns clíticos não são exigidos em muitas línguas românicas – e nem as suas formas plenas, às quais Monachesi os vincula –, mas podem ser utilizados com verbos que não os requerem. Isso pode ser observado em (46): em (46a), não há um argumento beneficiário na ação; em (46b), esse argumento é introduzido por um clítico, enquanto, em (46c), por sintagma preposicionado; por fim, em (46d), eles coocorrem.

- (46) a. Maria preparou o bolo  
 b. Maria me preparou o bolo.  
 c. Maria preparou o bolo pra mim.  
 d. Maria me preparou o bolo pra mim.

Além disso, um último problema é que os valores que preenchem o atributo CLTS não estão bem estabelecidos em Monachesi (1999, 2005) (nem, tampouco, os de ARG-ST responsáveis pela realização do clítico em Miller & Sag (1997)). Quanto à análise de Monachesi (1999, 2005), podemos colocar algumas questões: por que um NP pode preencher o atributo CLTS, como em (42) e em (43)? CLTS parece ser um atributo semelhante a ARG-ST,

<sup>21</sup> Embora saibamos que o exemplo em (43) é uma abreviação, a autora não dá qualquer informação mais explícita sobre como se dá a saturação da subcategorização do verbo por meio de clíticos pronominais. Essa abreviação, no entanto, já nos faz desconfiar da análise desse fenômeno na proposta da autora.

<sup>22</sup> Agradecemos à professora Ana Scher pela discussão dos exemplos.

mas por que esse atributo é preenchido com *synsems* (ou seja, complexos altamente especificados de traços semânticos e sintáticos)? É, na verdade, uma aparente contradição da análise de Monachesi (1999, 2005) os tipos de clíticos terem SYNSEM, um atributo relevante para *signs* (o mesmo problema pode ser replicado para a análise de Miller & Sag (1997)). Em relação especificamente à análise de Miller & Sag (1997), um problema semelhante pode ser levantado: por que os clíticos têm SYNSEM? Como mostramos acima, o clítico deve ser desvinculado do argumento pleno com o qual, muitas vezes, alterna. Assim, esse valor de SYNSEM que lhes está sendo atribuído na ARG-ST não parece ser apropriado.

Na verdade, buscamos mostrar em Soares & Ribeiro (a sair), principalmente em relação aos clíticos dativos, que há bons motivos para se acreditar que, inclusive, sua posição na ARG-ST é diferente do sintagma preposicionado com o qual alterna (ou coocorre). Além disso, procuramos argumentar neste mesmo artigo que, a partir das mesmas propriedades (ou seja, dos mesmos atributos e tipos) necessárias para explicar outros fenômenos complexos da gramática, é possível reduzir os tipos de clíticos e derivar suas formas distintas e sincréticas, por meio de seus traços minimamente necessários.

Por fim, uma última dificuldade que podemos apontar em relação às análises de Miller & Sag (1997) e de Monachesi (1999, 2005) é que ambas as propostas não são completamente baseadas em restrições. Miller & Sag (1997), por exemplo, tem uma função morfofonológica que é uma operação que deriva formas cliticizadas, ou seja, é uma regra de conversão (transforma uma forma não-cliticizada em cliticizada). Em Monachesi (1999, 2005), há uma operação de alteração de traços morfossintáticos no léxico, que torna uma forma verbal apta para ser realizada pela restrição implicacional. Em ambas as análises, portanto, há um elemento "não baseado em restrições" necessário para se chegar à forma cliticizada do verbo. Conforme procuramos argumentar em Ribeiro & Soares (a sair), uma análise que eliminasse as operações (regras) de ambas as análises e combinasse suas restrições seria uma melhor saída para uma abordagem baseada somente em restrições.

Apesar das dificuldades com as quais as análises de Monachesi (2005) e de Miller & Sag (1997) sofrem, acreditamos que manter uma análise de natureza afixal baseada em restrições é melhor do que uma proposta que utilize outros expedientes teóricos, principalmente por ser fiel aos testes de Integridade Lexical apontados na primeira subseção e no começo da segunda subseção. O único caso que advoga contra uma análise que mantém a Integridade Lexical do complexo clítico-verbo seria a Subida do Clítico. Na próxima seção, argumentaremos, diferentemente de Monachesi (1999, 2005) e de Miller & Sag (1997), que têm de lidar com línguas em que o processo de Subida do Clítico é mais geral (italiano e

francês), que em português brasileiro os poucos casos que apresentam Subida do Clítico são marcados no léxico pela função Compressão, nos poucos verbos que apresentam esse fenômeno: como a cópula *ser*.

### 3. É POSSÍVEL MANTER A INTEGRIDADE LEXICAL NA SUBIDA DO CLÍTICO?

Em desenvolvimentos posteriores da teoria de realização de argumentos verbais em HPSG, Manning & Sag (1998, 1999) mostram uma dissociação entre a ARG-ST, nível de exigências combinatórias dos *signs*, e a realização sintática configuracional (ou seja, as relações arbóreas), codificada em VAL. Segundo os autores, o argumento para se postular essa dissociação consiste no fato de a ARG-ST manter relações de proeminência sintática intimamente ligadas ao item lexical e a sua semântica, e não necessariamente à sua realização sintática; enquanto o nível VAL dá conta essencialmente da realização sintática superficial desses dependentes. Além disso, conforme Sag (2011), a utilização de clíticos é mais uma evidência para a dissociação entre ARG-ST e VAL, já que o clítico pode estar em ARG-ST (ou seja, ser exigido) e não estar em VAL (i. e., não é realizado nem como sujeito nem como complemento).

A vinculação entre ARG-ST e os traços SUBJ e COMPS em VAL ocorre por uma restrição de realização, que, sinteticamente, prevê a realização acusativa canônica (o primeiro argumento de ARG-ST é identificado com o valor de SUBJ e o segundo argumento, com COMPS), a realização ergativa transitiva canônica (o segundo argumento de ARG-ST é identificado com o valor de SUBJ e o primeiro argumento, com COMPS) e a ergativa intransitiva canônica (o único argumento (disponível) de ARG-ST é identificado com o valor de SUBJ).

A seguir, utilizaremos essa dissociação para fazer uma breve análise da Subida do Clítico com a cópula, dos exemplos em (32) e em (33), que repetimos aqui como (47) e (48)<sup>23</sup>.

a) *Verbo de ligação* (Ascensão de argumento de adjetivo)

(47) a. ?A Maria me foi fiel.

b. A Maria foi fiel a mim.

b) *Particípio passivo*

(adaptado de Menuzzi, 2011)

(48) a. O livro (?me) foi entregue (pra mim) pelo Paulo.

b. ?? O livro foi me entregue pelo Paulo.

---

<sup>23</sup> Outro item que parece apresentar Subida do Clítico em contextos semelhantes ao da cópula *ser* é o verbo *continuar*, como em, por exemplo, “Muito obrigada pela sua força, você é um dos poucos que *me continua fiel*” (Exemplo encontrado no Google). Esse caso pode ter um tratamento semelhante ao dado aqui para a cópula. Ver Soares & Ribeiro (a sair).

Para isso, assumimos a análise de Pollard & Sag (1994), que trata os sujeitos de "verbos de alçamento" como *parecer* e da cópula *ser* da sentença passiva como elementos subcategorizados por esses verbos, por meio de uma lista complexa (*nested list*).<sup>24</sup> Acreditamos que os verbos de alçamento possuem uma lista desse tipo, que se torna disponível para restrições de realização por meio de Compressão. Essa operação (que, na verdade, pode ser vista como uma restrição) apresenta basicamente a função de, sejam quais forem os argumentos da lista subordinada, realizar esses argumentos superficialmente pelo item que tem a função Compressão. Sendo assim, sustentamos que os itens lexicais *ser* e *parecer* – ou seja, itens do tipo *raising-verb* – possuem, em suas entradas, a operação Compressão em suas listas de SUBJ; crucialmente, no caso do verbo *ser*, defendemos que deve haver uma operação Compressão também na lista de COMPS deste verbo, como em (49).

(49) Entrada lexical do verbo de alçamento *ser*.

$$\left[ \begin{array}{l} \textit{sign} \\ \text{PHON} \langle \textit{ser} \rangle \\ \\ \text{SYNSEM} \mid \text{LOCAL} \end{array} \left[ \text{CAT} \left[ \text{VAL} \left[ \begin{array}{l} \text{SUBJ } \textit{compression} \langle \boxed{2}_j \rangle \oplus \boxed{3}_j \\ \text{COMPS } \textit{compression} \langle \boxed{4}_i \rangle \oplus \boxed{1}_i \end{array} \right] \right] \right] \right]$$

Assim, em orações como (46a) e (47a), o verbo, com a lista de argumentos subcategorizados pelo seu subordinado, sofre a aplicação de Compressão, seguida da restrição de cliticização do pronome (tal como elaborada por Monachesi (1999)), deixando o valor de COMPS vazio e, sendo assim, o segundo argumento disponível para satisfazer a restrição de realização canônica de ergativos intransitivos, como, por exemplo, em (50).<sup>25</sup>

(50) Restrição de realização de *X me foi fiel* e *X me foi entregue*.

$$\left[ \begin{array}{l} \textit{complex-morph} \\ \text{STEM} \mid \text{SYNSEM} \mid \text{LOCAL} \end{array} \left[ \text{CAT} \left[ \text{VAL} \left[ \begin{array}{l} \text{SUBJ } \textit{compression} \langle \boxed{2}_j \rangle \oplus \boxed{3}_j \\ \text{COMPS } \textit{compression} \langle \rangle \end{array} \right] \right] \right] \right]$$

$$\left[ \begin{array}{l} \text{ARG-ST} \langle \boxed{4}_i \oplus \boxed{2}_j \oplus \langle \boxed{1}_i, \boxed{3}_j \rangle \\ \text{CLTS} \langle \boxed{1} \rangle \end{array} \right]$$

<sup>24</sup> Uma lista desse "tipo" inclui os elementos de um verbo subordinado ao verbo de alçamento, que se tornam acessíveis à função de sujeito pela função Compressão. Essa função, em termos sumários, junta listas de subcategorização e elimina PROs da ARG-ST, tornando a lista apta para restrições de realização canônica como a "realização canônica de ergativos intransitivos". Ver Manning & Sag (1998) e Iida, Manning & Sag (1999).

<sup>25</sup> Nossa proposta para verbos de alçamento difere da assumida em Pollard & Sag (1994), e também difere, em parte, da proposta de utilização da operação de Compressão (Manning & Sag, 1998, 1999, e Iida, Manning & Sag, 1999). Acreditamos, no entanto, que essa utilização de Compressão não fira seus princípios de formulação e possibilite uma análise uniforme, motivada interlinguisticamente, de operações de alçamento e ergatividade.

Como, na entrada lexical de *ser*, os elementos que são selecionados pela sua ARG-ST e, por meio de Compressão, disponibilizados para realização de SUBJ e COMPS, são identificados com a ARG-ST encaixada (do elemento subordinado), a seleção semântica e, parcialmente, a sintática é feita por esse predicador. Ao mesmo tempo, eles satisfazem as necessidades de subcategorização dos itens subordinados por propriedades de dependência de longa distância, conforme Pollard & Sag (1994) e Miller & Sag (1997). O ponto importante a ser salientado é que o item lexical *ser* torna disponível seu COMPS para a restrição de realização da cliticização. Assim, a análise de Subida do Clítico em (47a) e (48a) se torna mais específica: como não é uma operação comum no português brasileiro, como mostramos na primeira seção, e parece ser restrita ao verbo *ser*, deve haver um mecanismo no léxico que o torne especial (na nossa análise a operação de Compressão em COMPS), tornando esse verbo o caso excepcional. A formulação da operação sobre a cliticização e a implicação de realização, no entanto, podem ser mantidas. Da mesma forma, a Hipótese da Integridade Lexical pode ser aplicada ao complexo clítico-verbo, mantendo as vantagens de uma análise como as propostas por Miller & Sag (1997) e por Monachesi (1999, 2005).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na linguística gerativa, há um intenso debate sobre a natureza morfológica dos clíticos pronominais. Em muitos trabalhos, discute-se se os clíticos pertencem à categoria morfológica de "palavra", à categoria de "afixo" ou se constituem uma categoria morfológica independente. Neste trabalho, apresentamos e discutimos alguns fenômenos que geram controvérsias de análise, bem como o tratamento proposto por Miller & Sag (1997) e por Monachesi (1999, 2005), em HPSG, para dar conta desses fenômenos. Nessas análises, os clíticos são tratados como elementos de natureza afixal, pois constituem, com o verbo, um complexo íntegro lexicalmente e morfológicamente ligado. Buscamos mostrar, em linhas gerais, que, embora os fatos não constituam evidência definitiva para uma análise como afixo, um tratamento que preserve a Integridade Lexical do conjunto clítico-verbo é mais apropriado para lidar com os fenômenos envolvendo clíticos em português brasileiro. Para isso, sustentamos uma análise baseada em restrições e dentro de uma abordagem do tipo palavra-e-paradigma: a abordagem realizacional em HPSG.

Na primeira seção, concentramo-nos em apresentar alguns dos principais pontos levantados na literatura em relação às propriedades morfofonológicas e morfossintáticas dos clíticos nas línguas românicas, em especial, no português brasileiro. Mostramos, assim, que o

comportamento gramatical dos clíticos não difere do comportamento observado ora em palavras, ora em afixos, em italiano, em português brasileiro e em outras línguas românicas. No entanto, alguns fatos parecem apontar para uma íntima associação entre clítico e verbo (mais íntima do que com outros sintagmas plenos que são seus complementos), o que nos sugere certa integridade lexical entre clítico pronominal e verbo. Na segunda seção, apontamos um argumento para uma proposta que mantenha a Integridade Lexical do conjunto clítico-verbo (bem como, para uma abordagem baseada em palavras e paradigmas) e apresentamos as análises correntes baseadas nessas ideias. Na última seção, apresentamos uma proposta para o possível contra-argumento dado pelo fenômeno "Subida do Clítico", baseada em restrições no léxico e não em operações ou regras, como propunham modelos anteriores; o que nos permite manter a Hipótese da Integridade Lexical em complexos clítico-verbo.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDERSON, S. *A-Morphous Morphology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
2. \_\_\_\_\_. *Aspects of the Theory of Clitics*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
3. BENDER, E. M., I. A. SAG, & T. WASOW. *Syntactic Theory: A formal introduction, Second Edition: Instructor's Manual*. Stanford: CSLI Publications, 2003.
4. BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale, 1*. Paris: Gallimard, 1966.
5. BISOL, L. Mattoso Câmara Jr. e a palavra prosódica. *D.E.L.T.A.*, v. 20 (especial), p. 59-70, 2004.
6. BLOOMFIELD, L. *Language*. New York: Henry Holt, 1933.
7. BRESNAN, J. (ed.). *The Mental Representation of Grammatical Relations*. MIT Press Series on Cognitive Theory and Mental Representation. Cambridge, MA: MIT Press, 1982.
8. \_\_\_\_\_. & S. A. MCHOMBO. The Lexical Integrity Principle: Evidence from Bantu. *Natural Language and Linguistic Theory* 13: 181–254, 1995.
9. BORER, H. & Y. GRODZINSKY Syntactic Cliticization and Lexical Cliticization: The Case of Hebrew Dative Clitics. In: H. Borer (ed.): *Syntax and Semantics* 19, 175 -215. New York: Academic Press, 1982.
10. CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
11. \_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística Descritiva*. Petrópolis: Vozes, 1971.

12. CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
13. \_\_\_\_\_. *Knowledge of Language*. New York: Praeger, 1986.
14. CULICOVER, P. W., & R. JACKENDOFF. *Simpler Syntax*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
15. DAVIS, A. *Linking by Types in the Hierarchical Lexicon*. Stanford: CSLI Publications, 2001.
16. EMBICK, D. & R. NOYER. Distributed Morphology and the Syntax-Morphology Interface. In: Ramchand, G. & Reiss, C. (eds.) *The Oxford Handbook of Linguistic Interfaces*. Oxford: Oxford University Press. pp. 289-324, 2006.
17. GAZDAR, G., E. KLEIN, G. K. PULLUM, & I. A. SAG. *Generalized Phrase Structure Grammar*. Blackwell and Harvard University Press, Cambridge and Cambridge, MA, 1985.
18. HALLE, M. & A. MARANTZ. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger, Kenneth Hale and Samuel Jay Keyser*. Cambridge, MA: MIT Press, 1993.
19. HASPELMATH, M. Explaining the Ditransitive Person-Role Constraint: a usage-based account. *Constructions* 2, 49 pp., 2004.
20. IIDA, M. , C. MANNING & I. A. SAG. The Lexical Integrity of Japanese Causatives. In: Levine, R. & G. Green. (eds.). *Readings in Modern Phrase Structure Grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
21. KATHOL, A. Agreement and the syntax–morphology interface in HPSG. In: Levine, R. & G. Green. (eds.). *Readings in Modern Phrase Structure Grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
22. KAYNE, R. *French Syntax: The Transformational Cycle*. Cambridge, MA: MIT Press, 1975.
23. KRIEGER, H. Derivation without lexical rules. In: R. Johnson, M. Rosner, & C. Rupp (eds.). *Constraints, Language and Computation*, pp 277–313. London: London Academic Press, 1994.
24. \_\_\_\_\_. & J. NERBONNE. Feature-based inheritance networks for computational lexicons. In: T. Briscoe, A. Copestake, & V. de Paiva (eds.), *Default Inheritance within Unification Based Lexicons*, pp 90–136. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1992.

25. MANNING, C. & I. A. Sag. Argument Structure, Valence, and Binding. *Nordic Journal of Linguistics*, 1998.
26. MANNING, C., & I. A. SAG. Dissociations between Argument Structure and Grammatical Relations. In: A. Kathol, J.-P. Koenig, & G. Webelhuth (eds.), *Lexical and Constructional Aspects of Linguistic Explanation*. Stanford: CSLI Publications, 1999.
27. MARTÍN, T. Deconstructing Dative Clitics. In: Irwin, P. & V.V.R. Maldonado (eds). *NYUWPL Volume 2: Papers in Syntax*, 2009.
28. MATTHEWS, P. *Inflectional Morphology*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1972.
29. MENUZZI, S. *Participios em PB: distribuição sintática, classe mórfica e propriedades flexionais*. Trabalho apresentado no I Colóquio Brasileiro de Morfologia, Porto Alegre, UFRGS, 2011.
30. MILLER, P. Postlexical cliticization vs. affixation: coordination criteria. In C. Canakis, G. Chan, & J. Denton (eds.). *Proceedings of the 28th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*, pp 382-396, Chicago, 1992.
31. \_\_\_\_\_. & I. A. SAG. French Clitic Movement without Clitics or Movement. *Natural Language and Linguistic Theory*. 15: 573-639, 1997.
32. MONACHESI, P. *A Lexical Approach to Italian Cliticization*. Stanford: CSLI Publications, 1999.
33. \_\_\_\_\_. *The verbal complex in Romance: A case study in grammatical interfaces*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
34. NESPOR, M. & I. VOGEL. *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris, 1986.
35. PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. 4ª ed., São Paulo: Ática, 2001.
36. POLLARD, C. & I. A. SAG. *Information-based Syntax and Semantics: Fundamentals*, Vol. 1. Stanford: CSLI Publications, 1987.
37. \_\_\_\_\_. *Head-driven Phrase Structure Grammar*. Chicago: Chicago University Press, 1994.
38. RIBEIRO, P. N. & E. C. SOARES. *Reducing Clitics to Inherent Properties: interactions between agreement and anaphor binding*, (a sair).
39. SAG, I. A. Sign-based construction grammar: An informal synopsis. In: H. Boas & I. A. Sag (eds). *Sign-Based Construction Grammar*, Stanford: CSLI Publications, 2011.
40. SCALISE, S. *Generative Morphology*. Dordrecht: Foris, 1986.
41. SELKIRK, E. *The Syntax of Words*. Cambridge, MA: MIT Press, 1982.

42. SOARES, E. C. & P. N. RIBEIRO. *Dissociating Plain Phrases and Clitics: the case of dative clitics in Brazilian Portuguese*, (a sair).
43. VIEIRA, S. R. *Colocação pronominal nas variedades européia, brasileira e moçambicana: para a definição da natureza do clítico em Português*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, UFRJ, 2002. (Tese de Doutorado em Língua Portuguesa).
44. \_\_\_\_\_. *Colocação pronominal nas variedades européia, brasileira e moçambicana: para a definição da natureza do clítico em português*. In: Brandão, S.F. & Mota, M.A.C. da., (orgs.). *Análise contrastiva de variedades do Português*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/IN-Fólio. p. 37-60, 2003.
45. \_\_\_\_\_. *O ensino da colocação pronominal: prescrição e uso*. In: Vieira, S. R. & Brandão, S. F. (orgs.) *Morfossintaxe e ensino de Português: reflexões e propostas*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ; In-Fólio, 2004. p. 179-206, 2007.
46. VIGÁRIO, M. *Pronominal cliticization in European Portuguese: a postlexical operation*. CatWPL. vol.7. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona-Servei de publicacions. p. 219-237, 1999.
47. ZWICKY, A. & G. PULLUM. *Cliticization vs. inflection: English n't*. *Language* 59(3): 502–13, 1983.

**ABSTRACT:** There is an intense debate on the literature in generative linguistics about the morphological nature of pronominal clitics. More specifically, the morphological classification of these elements as “words”, “affixes” or an independent morphological category has been discussed. In the present paper, we present and discuss some phenomena which generate controversies in the analysis, as well as the treatment proposed by Miller & Sag (1997) and by Monachesi (1999, 2005), in HPSG, to deal with these phenomena. In this analysis, clitics are treated as affixes, since they constitute, together with the verb, a lexically integral and morphologically connected complex. We try to show, generally speaking, that although the facts discussed do not constitute definitive evidence for an analysis of clitics as affixes, a treatment that preserves the Lexical Integrity of the complex clitic-verb is more appropriate to deal with the phenomena involving clitics in Brazilian Portuguese. In order to do that, we defend a constraint-based analysis of the kind word-paradigm, the realizations approach in HPSG. Besides, we also present an analysis for a potential counter-argument provided by the phenomenon of Clitic Climbing, based in constraints in the lexicon, and not in operations or rules, as proposed by older models, what allows us to maintain the Lexical Integrity Hypothesis for the clitic-verb complex.

**KEYWORDS:** Clitics; morphology; HPSG; Lexical Integrity.